



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO
Campus – Pedreiras

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – CAMPUS PEDREIRAS
CURSO DE LETRAS - PORTUGUÊS

MARIA EDUARDA FÉLIX DA SILVA

**A CRÍTICA AO CIENTIFICISMO NA OBRA *O ALIENISTA* (1882), DE MACHADO
DE ASSIS**

PEDREIRAS - MA

2025

MARIA EDUARDA FÉLIX DA SILVA

A CRÍTICA AO CIENTIFICISMO NA OBRA *O ALIENISTA* (1882), DE MACHADO DE ASSIS

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Letras/Português, da Universidade Estadual do Maranhão, UEMA – CAMPUS PEDREIRAS, como requisito obrigatório para o título de Graduado em Letras/Português.

Orientador: Prof. Me. Francinaldo Pereira da Silva

PEDREIRAS - MA

2025

Silva, Maria Eduarda Feliz da.

A crítica ao cientificismo na obra O Alienista (1882), de Machado de Assis /
Maria Eduarda Feliz da Silva. - Trizidela do Vale - MA, 2025.
53 f.

Monografia (Graduação em Letras) - Universidade Estadual do Maranhão,
Campus Trizidela do Vale, 2025.

Orientador: Prof. Me. Francinaldo Pereira da Silva.

1. Cientificismo. 2. Machado de Assis. 3. O Alienista. 4. Crítica social. I.
Título.

CDU: 821.134.3(81)

Elaborado por Luciana de Araújo - CRB 13/445

MARIA EDUARDA FÉLIX DA SILVA


**A CRÍTICA AO CIENTIFICISMO NA OBRA *O ALIENISTA* (1882), DE
MACHADO DE ASSIS**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Letras/Português, da Universidade Estadual do Maranhão, UEMA – CAMPUS PEDREIRAS, como requisito obrigatório para o título de Graduado em Letras/Português.

Orientador: Prof. Me. Francinaldo Pereira da Silva


Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA


Documento assinado digitalmente
 FRANCINALDO PEREIRA DA SILVA
Data: 21/01/2026 10:56:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Francinaldo Pereira da Silva

Orientador

Documento assinado digitalmente
 RUBENIL DA SILVA OLIVEIRA
Data: 20/01/2026 07:14:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rubenil da Silva Oliveira

Documento assinado digitalmente
 RUTH JONIELLE CARVALHO NOVAIS DE SOUSA |
Data: 21/01/2026 09:34:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Esp. Ruth Jonielle Carvalho Novais de Sousa Leite

Dedico este trabalho a Deus e à minha família,
pilares fundamentais desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, agradeço pela luz que guiou meus passos, pela força nos dias difíceis e pela serenidade que me sustentou durante toda esta caminhada.

Ao meu esposo, Adam Félix Barroso, sou eternamente grata pelo amor, pela paciência e pelo apoio constante. Sua presença fez toda diferença neste percurso.

Aos meus pais, em especial à minha mãe, Marilene Félix da Silva, agradeço por todo carinho, incentivo e fé no meu potencial. Este sonho também é de vocês.

Ao meu orientador, Me. Francinaldo Pereira da Silva, expresso minha sincera gratidão pela dedicação, pela escuta atenta e por ser inspiração no caminho da literatura e da docência. Suas aulas reforçaram meu desejo de ensinar.

Ao professor Dr. Rubenil da Silva Oliveira, agradeço pelos conselhos, pelo incentivo à leitura e pela forma generosa com que compartilhou conhecimentos, influenciando diretamente a profissional que desejo me tornar.

À professora Rosane Saturnino, que despertou em mim o amor pela Educação ainda no Ensino Médio, sou imensamente grata por cada orientação, texto, livro e conselho que marcaram minha trajetória.

À professora Jackeline Carneiro, coordenadora do curso, deixo meu agradecimento por sua disponibilidade, acolhimento e prontidão em ajudar sempre que necessário. À professora Ruth Jonielle, guardo com carinho o incentivo dado ainda no vestibular, quando acreditou em mim antes mesmo de me conhecer.

À Universidade Estadual do Maranhão, ao curso de Letras e aos professores, agradeço pelos aprendizados que moldaram minha formação.

Aos colegas e amigos, obrigada por compartilharem comigo risos, dúvidas e caminhos. À minha amiga de estágio, Andressa Paz, pela parceria inspiradora, principalmente durante os estágios. Agradeço por todo o incentivo. Ao meu amigo Rodrigo, por toda ajuda com formatações e detalhes técnicos, além das risadas e conversas compartilhadas.

A Kaio Eloi, deixo um agradecimento especial pelo apoio em momentos delicados, pelas idas à UEMA durante as enchentes e pelo cuidado quando meu pai estava doente. Sua presença fez diferença.

E a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, deixo meu reconhecimento e gratidão. Este trabalho é também fruto de vocês.

“As palavras só têm sentido se nos ajudam a ver o mundo melhor. Aprendemos palavras para melhorar os olhos.” (Rubem Alves)

RESUMO

O presente estudo analisa as críticas ao cientificismo presentes na obra *O Alienista* (ASSIS, 2009), de Machado de Assis, contextualizando a novela dentro do cenário social e cultural do século XIX, marcado pela ascensão da ciência e pela valorização do racionalismo. A narrativa evidencia, por meio do médico Simão Bacamarte, os riscos da aplicação rigorosa e desmedida do conhecimento científico, quando este ignora as dimensões subjetivas e sociais dos indivíduos, resultando em controle, exclusão e arbitrariedade. A pesquisa adota abordagem qualitativa e se desenvolve a partir de revisão bibliográfica, considerando livros, artigos acadêmicos, estudos literários que dialogam com a temática do cientificismo e da construção social da loucura, além de autores como Andrade, Lima e Santos (2014); Bosi, Alfredo (2021); Candido, Antonio (2000); Figuerôa (2000); Schwartzman (2002); Veiga (2020). A investigação parte da seguinte questão-problema: quais críticas ao cientificismo são feitas por Machado de Assis em *O Alienista* (2009) e qual a relação dessas críticas com o contexto social e cultural da época? Como objetivo geral, busca-se apresentar as críticas ao cientificismo na novela, enquanto os objetivos específicos incluem: evidenciar a relação da obra com a ascensão da ciência no século XIX, demonstrar os problemas decorrentes do uso do discurso científico sem considerar fatores subjetivos e analisar o tom irônico empregado pelo autor. Os resultados indicam que a narrativa de Machado de Assis questiona o racionalismo dogmático e alerta para os limites da ciência quando utilizada como instrumento de poder, promovendo reflexões sobre ética, humanidade e observação crítica na aplicação do conhecimento.

Palavras-Chave: Cientificismo; Machado de Assis; O alienista; Crítica social.

ABSTRACT

The present study analyzes the critiques of scientism present in the work *O Alienista* (ASSIS, 2009) by Machado de Assis, contextualizing the short story within the social and cultural scenario of the 19th century, marked by the rise of science and the valorization of rationalism. Through the character of Dr. Simão Bacamarte, the narrative highlights the risks of a rigorous and excessive application of scientific knowledge when it disregards the subjective and social dimensions of individuals, resulting in control, exclusion, and arbitrariness. The research adopts a qualitative approach and is developed based on a bibliographic review, considering books, academic articles, and literary studies that discuss scientism and the social construction of madness. The investigation is guided by the following research question: what critiques of scientism does Machado de Assis present in *O Alienista* (2009), and what is the relationship of these critiques with the social and cultural context of the time? The general objective is to present the critiques of scientism in the story, while the specific objectives include highlighting the work's connection to the rise of science in the 19th century, demonstrating the problems arising from the use of scientific discourse without considering subjective factors, and analyzing the ironic tone employed by the author. The results indicate that Machado de Assis' narrative questions dogmatic rationalism and warns about the limits of science when used as an instrument of power, fostering reflections on ethics, humanity, and critical observation in the application of knowledge.

Keywords: Scientism; Machado de Assis; *O Alienista*; Social critique.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O CIENTIFICISMO E A CONSTRUÇÃO DO HOMEM DE CIÊNCIA	14
2.1 O contexto histórico e literário do século XIX.....	14
2.2 O cientificismo e sua influência na literatura	22
2.3 A construção da autoridade e da legitimidade do cientista no século XIX...	24
2.4 A institucionalização da ciência e o papel das academias e sociedades científicas	27
3. O REALISMO, MACHADO DE ASSIS E SEUS MÉTODOS CIENTÍFICOS.....	30
3.1 Realismo na literatura	30
3.2 O Realismo brasileiro e Machado de Assis.....	32
3.3 A fortuna crítica de <i>O Alienista</i>	35
4 ESTUDO ANALÍTICO DA OBRA O ALIENISTA, DE MACHADO DE ASSIS.....	41
4.1 A loucura e a razão conforme o cientificismo na obra.....	41
4.2 A tirania cientificista na narrativa machadiana	42
4.3 A crítica social e política em <i>O Alienista</i>	44
4.4 O humor e a ironia como recursos críticos.....	46
4.5 O poder e a manipulação do saber científico	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

Machado de Assis (1839–1908), considerado um dos maiores escritores da literatura brasileira, produziu uma obra vasta e diversificada, abrangendo romances, contos, novelas, poesias, crônicas e peças teatrais. Entre suas produções mais célebres estão *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) e *O Alienista* (1882), nas quais se nota o uso da ironia e do humor como recursos críticos voltados à análise da sociedade e do comportamento humano.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “A crítica ao cientificismo na obra *O Alienista* (1882), de Machado de Assis”, tem como objetivo analisar de que maneira a novela publicada pela primeira vez em 1882 apresenta uma ironia contundente ao discurso científico exacerbado, evidenciando a ausência de reflexão ética em sua aplicação.

Na obra *O Alienista*, Machado de Assis critica a ciência que, a partir do século XIX, conquistava grande prestígio social e acadêmico, mas frequentemente ignorava fatores subjetivos, culturais e humanos em prol de uma visão puramente racional e inquestionável da realidade. Esse contexto histórico e intelectual se reflete na narrativa, onde o discurso científico é utilizado como instrumento de poder, anulando outros discursos e experiências individuais.

Em *O Alienista*, essa crítica se concentra na figura do Dr. Simão Bacamarte, médico psiquiatra formado na Europa, que, ao instalar a Casa Verde em Itaguaí, passa a internar aqueles que, a seu ver, apresentavam comportamentos destoantes da norma, sempre legitimado pelo discurso científico. A trama mostra como Bacamarte, sustentado por sua origem nobre e por sua autoridade acadêmica, exerce poder sobre a população, ditando o que seria considerado sanidade ou loucura. Dessa forma, a obra evidencia o risco da utilização da ciência de maneira autoritária, sem respaldo ético e sem considerar a complexidade da vida social e cultural dos indivíduos.

Diante desse cenário, este estudo se fundamenta na seguinte questão-problema: quais críticas ao cientificismo são feitas por Machado de Assis em *O Alienista* (1882) e qual a relação dessas críticas com o contexto social e cultural da época? Para responder a essa indagação, estabelece-se como objetivo geral apresentar as críticas ao cientificismo feitas por Machado de Assis na obra publicada

em 1882. Como objetivos específicos, busca-se mostrar a relação da obra com a ascensão da ciência no século XIX, evidenciar os problemas decorrentes da utilização do discurso científico ignorando fatores subjetivos e analisar a história destacando o tom irônico empregado pelo autor durante a narrativa.

A relevância desta pesquisa reside no fato de que *O Alienista* permite compreender, os impactos do cientificismo na sociedade oitocentista, período em que a ciência passou a ocupar lugar de destaque como forma de explicação dos fenômenos. A obra machadiana, contudo, evidencia os riscos desse movimento, mostrando que, quando a ciência é tomada como verdade absoluta, pode gerar práticas autoritárias e excludentes. Além disso, a análise da obra é significativa por levantar reflexões sobre os limites éticos do saber científico e sua relação com o poder.

O personagem Simão Bacamarte exemplifica como o prestígio da formação acadêmica pode legitimar julgamentos e decisões arbitrárias, colocando em risco a liberdade individual e a vida em sociedade. Dessa maneira, a pesquisa contribui tanto para o campo literário, ao aprofundar a leitura de uma obra clássica de Machado de Assis, quanto para o campo social e acadêmico, ao estimular a discussão sobre ciência, ética e poder.

No que se refere à metodologia, a pesquisa adota como procedimento a revisão bibliográfica, fundamentada em artigos científicos, livros, dissertações, tese e autores como Viegas (2020), Alfredo Bosi (2021); Figuerôa (2000), Schwartzman (2002), Candido (2000), Andrade, Lima e Santos (2014), que tratam do tema em questão, bem como na análise direta da obra *O Alienista*. Conforme Prodanov e Freitas (2013), esse método permite ao pesquisador conhecer e discutir diferentes interpretações já existentes, aproximando-se criticamente do objeto de estudo.

Quanto à natureza, a pesquisa é qualitativa, por se basear em interpretações subjetivas; exploratória e descritiva, pois busca levantar informações, caracterizar o fenômeno e compreender as relações presentes no texto literário; e básica, por gerar conhecimento sem aplicação prática imediata, mas de relevância teórica e crítica.

Por fim, este trabalho está organizado em cinco capítulos: o primeiro traz a introdução, com apresentação definição do tema, problema, objetivos, justificativa e metodologia; o segundo e o terceiro apresentam a fundamentação teórica, abordando o contexto histórico e conceitual, sendo o segundo voltado para o cientificismo,

enquanto o terceiro trata da obra de Machado de Assis e o movimento realista; o quarto dedica-se à análise da obra *O Alienista*; e o quinto apresenta as considerações finais, reunindo os principais resultados obtidos.

2 O CIENTIFICISMO E A CONSTRUÇÃO DO HOMEM DE CIÊNCIA

Neste capítulo, serão discutidos aspectos centrais relacionados ao surgimento do positivismo e à construção do homem de ciência no século XIX, evidenciando como o contexto histórico e literário da época, marcado por correntes teóricas como o determinismo, o positivismo e o darwinismo, moldou as concepções sobre ciência e sociedade.

Em seguida, será abordada a influência do cientificismo na literatura, analisando de que forma a valorização do conhecimento empírico e da objetividade científica repercutiu na produção literária do período. Por fim, será examinado o status do homem da ciência, considerando a percepção social, cultural e intelectual atribuída a essa figura, que se consolidou como símbolo de autoridade e de racionalidade em um cenário marcado por profundas transformações sociais e intelectuais.

2.1 O contexto histórico e literário do século XIX

O século XIX foi marcado por intensas transformações políticas, sociais, econômicas e culturais que influenciaram diretamente o pensamento humano e a produção literária. A consolidação da Revolução Industrial, o fortalecimento da burguesia e as mudanças decorrentes do avanço científico e tecnológico criaram um cenário dinâmico, em que novas ideias passaram a orientar a compreensão do mundo.

Nesse contexto, correntes teóricas como o determinismo, o positivismo e o darwinismo assumiram grande relevância, pois buscavam explicar os fenômenos sociais e naturais com base na razão, na observação empírica e nas leis científicas. Essas concepções não apenas alteraram a visão do homem sobre si mesmo e sobre a sociedade, mas também exerceram forte impacto na literatura, que incorporou novos temas, formas e preocupações, dialogando com a realidade de seu tempo. Assim, o estudo do século XIX exige considerar tanto os avanços históricos e científicos quanto as manifestações literárias que refletiram e problematizaram esse período de intensas mudanças.

O século XIX foi um período de intensas mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais, que deixaram marcas significativas no pensamento humano

e na produção literária. Como observa Hauser (1995), a literatura do período não pode ser dissociada das transformações históricas, uma vez que ela refletia, em diferentes graus, os conflitos e expectativas da sociedade.

A Revolução Industrial consolidou-se como um marco fundamental nesse processo, impulsionando o fortalecimento da burguesia e promovendo profundas transformações na organização social, nas relações de trabalho e na dinâmica econômica. Paralelamente, os avanços científicos e tecnológicos expandiram significativamente as fronteiras do conhecimento, gerando um ambiente cultural e intelectual marcado pela valorização do progresso e da racionalidade. Nesse sentido, como observa Bosi (2006), a ideia de progresso passou a ocupar um lugar central no imaginário coletivo, influenciando não apenas a produção científica, mas também a literatura, a filosofia e a política da época.

Nesse contexto, diferentes correntes teóricas ganharam destaque ao oferecer explicações racionais e sistemáticas para os fenômenos naturais e sociais. Candido (2000) enfatiza que tais concepções provocaram uma mudança profunda na percepção do homem sobre si mesmo e sobre a sociedade, atribuindo ao discurso científico uma posição privilegiada na hierarquia do saber e moldando a forma como o conhecimento era produzido, difundido e legitimado.

A literatura do século XIX foi profundamente marcada pelas transformações políticas, sociais, econômicas e culturais desse período, incorporando novos temas, formas de expressão e preocupações estéticas. Conforme observa Hauser (1995), a produção literária passou a dialogar diretamente com a realidade histórica, refletindo tanto os avanços quanto as contradições da sociedade. Nesse sentido, compreender o século XIX implica analisar simultaneamente o desenvolvimento científico, social e econômico, bem como as manifestações literárias que traduziram e problematizaram esse contexto em constante transformação.

Para Hobsbawm (1998, p. 155), a história acadêmica do século XIX concentrava todos os seus esforços na tarefa de estabelecer os “fatos” e, com isso, contribuiu pouco para a compreensão mais ampla dos processos históricos, limitando-se a criar critérios empíricos para avaliar evidências documentais e técnicas auxiliares. Em termos metodológicos, acrescenta o autor, “os historiadores acadêmicos tendiam a demonstrar uma inocência igualmente admirável” (Hobsbawm, 1998, p. 156), uma

ingenuidade diante da complexidade dos fenômenos históricos. Tal perspectiva, embora influenciada pelo Positivismo, distingue-se de outros historiadores do período, pois não glorifica o século XIX como o “século da história”, destacando suas limitações e a necessidade de uma reflexão crítica sobre os métodos puramente empíricos.

O Positivismo, surgido nesse contexto, herdou elementos centrais do Iluminismo, de modo que suas primeiras formulações ocorreram ainda no início do século XIX. Segundo Barros (2014, p. 73), “a perspectiva universalista e a busca por leis gerais, que estariam por trás do desenvolvimento das sociedades humanas, apresentam uma continuidade do pensamento Iluminista predominante no século XVIII em relação ao Positivismo do século XIX, a começar pela obra de Auguste Comte”. Entretanto, essa passagem do modelo iluminista ao positivista envolveu uma reapropriação conservadora das ideias ilustradas, reinterpretando-as de maneira a atender à estabilidade social e ao controle das transformações revolucionárias.

Nesse sentido, autores como Condorcet (1743-1794), profundamente envolvidos com a França revolucionária, procuraram construir uma ciência das sociedades baseada em “leis gerais, necessárias e constantes” (Barros, 2014a, p. 86), com pretensão de universalidade e emancipação da humanidade.

A ambição de formular uma ciência social neutra, comparável em rigor às Ciências Naturais, já se manifestava entre os iluministas, mas foi com o Positivismo que tais ideias adquiriram forma sistemática. A essa tradição, o Positivismo acrescentou o conceito de Ordem, somando-o ao ideal iluminista de Progresso. Seu objetivo declarado era a “conciliação de classes”, embora, de forma crítica, possa ser compreendido como uma legitimação da dominação da burguesia industrial.

Nesse contexto, Auguste Comte assume papel central ao propor a aplicação dos métodos das Ciências Naturais às Ciências Sociais, defendendo que a vida em sociedade poderia ser compreendida por meio de leis gerais e invariáveis, análogas às leis naturais. Comte inaugura, assim, o sistema “positivo”, retomando ideias iluministas, mas reinterpretando-as de maneira conservadora. Conforme destaca Barros (2014), Comte fez um “apelo aos conservadores”, criticando as visões revolucionárias dos pensadores ilustrados e buscando reconciliar o racionalismo iluminista com a necessidade de estabilidade e ordem social.

Além disso, a literatura do século XIX refletiu essas tensões e ambições intelectuais, servindo tanto como registro das transformações sociais quanto como espaço de crítica e questionamento. Escritores e poetas incorporaram em suas obras temas como industrialização, desigualdade social, progresso científico e dilemas éticos, promovendo uma reflexão crítica sobre os efeitos das transformações na vida cotidiana. Dessa forma, a produção literária tornou-se um verdadeiro espelho das contradições e dos avanços do período, articulando ciência, história e experiência humana de maneira complexa e multifacetada.

Quanto ao Darwinismo, segundo Veiga (2014), o “princípio da seleção natural” foi formulado, de maneira quase simultânea, pelos naturalistas britânicos Charles Darwin e Alfred Russel Wallace, em meados do século XIX. Contudo, foi Darwin quem consolidou e difundiu a teoria em sua obra *A Origem das Espécies* (1859), na qual propôs que a evolução das espécies ocorre por meio da seleção natural, mecanismo que favorece a sobrevivência dos indivíduos mais adaptados às condições ambientais. A formulação inicial de Darwin, entretanto, apresentava lacunas explicativas, especialmente no que se refere à origem da variabilidade hereditária, gerando críticas e debates intensos ao longo da segunda metade do século XIX.

O entendimento mais completo do darwinismo só se consolidou no início do século XX, com a chamada Síntese Moderna da Evolução, resultado da integração entre o darwinismo clássico e a genética mendeliana. A redescoberta dos trabalhos de Gregor Mendel, em 1900, foi decisiva para explicar os mecanismos de herança e variação genética, permitindo compreender como as características são transmitidas de geração em geração. Posteriormente, os avanços da genética populacional, promovidos por pesquisadores como Ronald Fisher, J. B. S. Haldane e Sewall Wright, possibilitaram quantificar matematicamente a ação da seleção natural, evidenciando como fatores como mutação, recombinação e deriva genética influenciam os processos evolutivos.

De acordo com Mayr (2006, p. 36-37), toda referência contemporânea ao darwinismo deve ser compreendida como uma combinação de cinco teorias fundamentais, que estruturam a compreensão moderna da evolução biológica. Sobre isso, Mayr também irá expor sobre:

- Evolução: rejeita a ideia de um mundo imutável, recém-criado ou ciclicamente repetitivo.
- Origem comum: sustenta que todos os seres vivos, animais, vegetais e microrganismos descendem de um ancestral comum, o que indica uma única origem da vida na Terra.
- Multiplicação das espécies: compreende que uma espécie pode dar origem a outras, seja pela separação em grupos descendentes, seja pelo surgimento de populações fundadoras em isolamento geográfico, as quais evoluem independentemente até formar novas espécies.
- Gradualismo: afirma que as mudanças evolutivas ocorrem de forma lenta e progressiva, resultantes da transformação contínua das populações, em oposição à ideia de mudanças bruscas ou saltacionais.
- Seleção natural: considera que a abundante produção de variação genética em cada geração favorece a sobrevivência apenas de indivíduos cujas características hereditárias sejam mais bem adaptadas ao meio. Esses indivíduos transmitem seus traços às gerações seguintes, garantindo a continuidade do processo evolutivo. Richard Dawkins (1976), ao propor a teoria do gene egoísta, reforçou a ideia de que a seleção atua principalmente no nível dos genes, o que trouxe novas interpretações sobre a lógica adaptativa dos organismos.

Portanto, o darwinismo não deve ser entendido como uma teoria única e acabada, mas como um conjunto de princípios científicos em constante reelaboração, incorporando contribuições de diferentes áreas do conhecimento. Desde Darwin até os avanços da biologia molecular e da genética populacional, a teoria evolutiva tornou-se o eixo central das ciências biológicas, orientando pesquisas e debates que ainda hoje permanecem abertos. Sua influência extrapolou o campo das ciências naturais, alcançando áreas como a sociologia, a antropologia e a filosofia, ao fornecer modelos explicativos sobre adaptação, sobrevivência e a interação entre organismos e ambiente (Mayr, 2006).

No entanto, ao ser transposta para o campo das ciências humanas, a teoria evolutiva deu origem ao chamado darwinismo social, formulado por pensadores como Herbert Spencer no final do século XIX. Essa corrente buscava aplicar o princípio da

“seleção natural” às sociedades humanas, defendendo que o progresso social resultaria da competição e da sobrevivência dos mais aptos (Spencer, 1884). Como destaca Hawkins (1997), essa leitura extrapolada dos conceitos darwinianos acabou por legitimar ideologias de hierarquização racial, imperialismo e desigualdade econômica sob o pretexto de uma suposta base científica.

Conforme Bowler (2003), o darwinismo social exerceu forte influência nas políticas e na mentalidade das elites europeias e americanas do período, estendendo-se inclusive a discursos sobre eugenia e controle populacional nas primeiras décadas do século XX. No Brasil, seus ecos podem ser observados na produção intelectual e política do final do século XIX e início do XX, quando o discurso científico passou a ser usado para justificar a inferiorização de grupos sociais e a necessidade de “civilizar” a população nacional. Assim, a teoria de Darwin, originalmente voltada à compreensão da vida natural, foi reinterpretada de modo ideológico e determinista, reforçando estruturas de poder e exclusão social que perduraram ao longo da modernidade.

Abordando o determinismo, este surgiu no final do século XIX, tendo como principal defensor o filósofo, historiador e crítico literário Hippolyte Adolf Taine (1828-1893). Antes de discutir a corrente filosófica em si, é relevante considerar outros elementos do século XIX que foram fundamentais para o seu surgimento, tanto nas ciências naturais quanto nas ciências humanas. Nesse sentido, a análise da filosofia, da ciência e da biologia permite compreender a importância desse período para a criação e para a consolidação dessa doutrina (Cardoso, 2016).

Desde o início do século XIX, a ciência passou por profundas transformações, tanto no plano teórico quanto no prático. Segundo Cardoso (2016), essas mudanças foram determinantes para a configuração atual da ciência, que deixou de ser apenas um conjunto de ideias e teorias para se tornar um campo baseado na comprovação empírica e na validação de seus conceitos. Esse contexto intelectual criou as condições necessárias para o desenvolvimento do Determinismo, consolidando sua influência nas ciências humanas e naturais, estabelecendo a base para uma visão do homem como produto de forças exteriores à sua vontade individual.

A filosofia determinista recebeu uma definição mais clara e um propósito concreto graças a Taine. Conforme observa Aranha (1993), Taine, ao tentar explicar a

forma de agir e de viver do homem na sociedade, formulou a ideia de que o comportamento humano é moldado por três forças principais: a raça, o meio e o momento em que cada indivíduo se encontra. Aranha (1993) esclarece o significado de cada uma dessas forças: a raça representa a força biológica dos caracteres hereditários, que condiciona aspectos do comportamento do indivíduo; o meio refere-se aos fatores geográficos, ao ambiente sociocultural e às atividades cotidianas que influenciam a vida do sujeito; e o momento indica que o indivíduo é produto da época em que vive, estando condicionado a uma forma específica de pensar e agir característica de seu tempo.

Taine (1936) aponta que três fontes distintas contribuem para a formação da condição moral fundamental do ser humano: a raça, o meio e o momento. Por raça, entende-se as predisposições inatas e hereditárias que o indivíduo traz consigo desde o nascimento, as quais influenciam profundamente seu comportamento e suas inclinações.

Assim, a filosofia determinista de Taine propõe que a conduta humana não é fruto apenas da vontade individual, mas resultado da interação dessas três forças, refletindo tanto influências biológicas e ambientais quanto históricas e culturais. Dessa forma, no entendimento do Determinismo, os atos humanos não podem ser considerados completamente livres, pois estão profundamente condicionados pela interação dessas forças, das quais o indivíduo não consegue se desvincular. Essa concepção filosófica encontrou forte ressonância na literatura do século XIX, ao influenciar a maneira como autores observavam e representavam o comportamento humano dentro de seu contexto social e ambiental.

Ao abordar o determinismo, é inevitável estabelecer uma conexão direta com o Realismo e o Naturalismo, compreendidos como manifestações literárias desse pensamento filosófico. Segundo Cardoso (2016), essas correntes emergiram no mesmo período histórico e compartilharam diversas características, embora possuam diferenças que lhes conferem identidades próprias. Os autores realistas e naturalistas buscavam representar a sociedade de maneira fiel, examinando seus personagens a partir de observações minuciosas da vida cotidiana. O homem é retratado como profundamente influenciado pelo meio, pela herança biológica e pelo contexto histórico em que vive, em consonância com os princípios deterministas formulados

por Taine, que defendia a ideia de que o comportamento humano é resultado de forças externas e internas que moldam sua ação e destino.

Apesar de sua aproximação, Realismo e Naturalismo apresentam distinções significativas. Ambos valorizam a representação da realidade cotidiana, mas a escolha de temas e a abordagem narrativa refletem diferenças estéticas e conceituais importantes. O Realismo surge como uma reação ao Romantismo, rejeitando o sentimentalismo e o subjetivismo característicos dessa corrente anterior. Conforme Faraco e Moura (2002), os escritores realistas defendiam que a arte deveria cumprir uma função social, denunciando a hipocrisia, os vícios e as desigualdades presentes na sociedade. Assim, a escrita realista assume um caráter crítico e reflexivo, buscando conscientizar o leitor sobre os problemas sociais por meio de narrativas detalhadas, porém equilibradas, com foco na psicologia e na moral dos personagens.

O Naturalismo, por sua vez, enfatiza uma perspectiva mais científica e mecanicista da existência humana. Os autores naturalistas entendiam que o comportamento dos indivíduos é determinado por fatores biológicos, sociais e ambientais, sendo influenciado pela hereditariedade, pelo meio em que vivem e pelas condições históricas e econômicas. Essa visão determinista permitiu desenvolver uma análise profunda e muitas vezes crua do comportamento humano, expondo padrões sociais, relações de poder, desigualdades e consequências de condições adversas de vida. Diferente do Realismo, que busca uma crítica social sutil, o Naturalismo tende a apresentar os fatos de forma objetiva e direta, sem idealizações, explorando aspectos sombrios da natureza humana, incluindo vícios, doenças e instintos.

Dessa forma, tanto o Realismo quanto o Naturalismo demonstram a influência do determinismo na literatura, cada um à sua maneira: o Realismo enfatiza a crítica social e a análise psicológica, enquanto o Naturalismo aprofunda-se nas causas biológicas e ambientais que moldam o comportamento humano. Ambos, porém, consolidam a literatura do século XIX como um espaço de investigação do homem em sua relação com a sociedade e o mundo ao seu redor, refletindo de maneira rigorosa as ideias deterministas que orientavam o pensamento da época.

Dessa forma, o século XIX se configura como um período de profundas transformações intelectuais, científicas e culturais, no qual surgiram correntes filosóficas, científicas e literárias que buscavam compreender e representar a

realidade de maneira sistemática. O Positivismo trouxe a valorização da ordem e das leis gerais; o Darwinismo apresentou a evolução das espécies e a seleção natural como princípios explicativos da vida; e o Determinismo propôs que o comportamento humano é condicionado por fatores biológicos, sociais e históricos.

Essas influências refletiram-se na literatura do período, especialmente no Realismo e no Naturalismo, que buscaram retratar o homem e a sociedade com objetividade e rigor, enfatizando a relação entre indivíduo e meio, a herança biológica e o contexto histórico. Assim, o século XIX não apenas moldou o pensamento científico e filosófico, mas também forneceu à literatura instrumentos para analisar criticamente a sociedade, a condição humana e os limites da liberdade individual diante de forças sociais, biológicas e históricas.

2.2 O cientificismo e sua influência na literatura

O cientificismo, movimento intelectual que valoriza a aplicação dos métodos científicos na compreensão da realidade, exerceu profunda influência na literatura do século XIX, especialmente nas correntes do Realismo e do Naturalismo. Essas escolas literárias buscaram retratar a sociedade e o comportamento humano com base em observações objetivas e sistemáticas, refletindo a confiança crescente na ciência como instrumento de conhecimento, progresso e regulamentação social. No contexto do Realismo, representado por obras como *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis, e no Naturalismo, com Émile Zola como expoente principal, a literatura passou a adotar procedimentos análogos aos métodos científicos, investigando causas e efeitos, influências do meio sobre o indivíduo e padrões de comportamento humano.

Zola, em *O Germinal* (1885), utilizou conceitos inspirados na biologia, na sociologia e nas teorias deterministas para analisar as condições de vida dos trabalhadores, demonstrando como fatores sociais, ambientais e econômicos moldam o comportamento humano. De forma semelhante, Aluísio Azevedo, em *O Cortiço* (1890), explorou a hereditariedade e o meio social como determinantes da conduta dos personagens, evidenciando a influência do cientificismo na construção narrativa e na interpretação da sociedade brasileira do período (Cardoso, 2016). Nesse sentido, a literatura do século XIX não apenas retratava o cotidiano, mas procurava explicá-lo

com base em princípios científicos, aproximando a criação literária de uma investigação sistemática do comportamento humano e das estruturas sociais.

Além da ficção, o cientificismo também repercutiu na crítica literária. Autores como Gustave Lanson defendiam uma abordagem histórica e científica da literatura, analisando obras e autores de forma sistemática, fundamentada em critérios objetivos e documentação rigorosa. Segundo Souza (2012), Lanson consolidou a história literária como disciplina acadêmica, reforçando a valorização da racionalidade, da observação empírica e da metodologia científica no estudo das obras, ampliando a influência do cientificismo não apenas na produção literária, mas também na crítica e na pesquisa acadêmica. Essa postura contribuiu para estabelecer um padrão de rigor e análise detalhada que passou a nortear a interpretação e o ensino da literatura.

No entanto, a literatura do período não se limitou a reproduzir os princípios científicos de forma acrítica. Autores como Machado de Assis, em *O Alienista* (2009), elaboraram uma reflexão irônica e crítica sobre a aplicação rígida da ciência na sociedade, revelando os limites do cientificismo e suas implicações éticas. A obra evidencia como a pretensão de transformar a ciência em verdade absoluta pode gerar autoritarismo, injustiças e distorções na compreensão da natureza humana. Tal postura crítica demonstra que, embora o cientificismo fornecesse ferramentas para uma análise objetiva da realidade, a literatura também se preocupava em problematizar suas consequências, contrapondo observação empírica e interpretação subjetiva (Faraco; Moura, 2002).

O cientificismo também influenciou a construção de personagens e enredos, incentivando a análise psicológica, social e ambiental do indivíduo. Escritores passaram a observar o comportamento humano como um fenômeno sujeito a leis e padrões, aproximando a literatura das ciências humanas emergentes, como a sociologia, a psicologia e a antropologia, consolidando a ideia de que a literatura poderia explicar o homem com rigor científico (Bastos, 2015). Essa abordagem favoreceu a produção de obras densas, em que a atenção aos detalhes, ao contexto histórico e ao determinismo social e biológico se tornou central, permitindo aos leitores compreender as relações entre indivíduo e sociedade de forma crítica e fundamentada.

Portanto, o cientificismo não apenas forneceu métodos e conceitos à literatura, mas também moldou a maneira como os escritores compreendiam e representavam a sociedade. A aplicação de princípios científicos possibilitou a criação de narrativas que buscavam revelar as estruturas sociais, as desigualdades e os comportamentos humanos de forma sistemática e fundamentada.

Ao mesmo tempo, a literatura assumiu um papel crítico, questionando os limites da ciência e propondo reflexões sobre a liberdade individual, a moralidade e a complexidade da vida social. Assim, o cientificismo, ao influenciar tanto a produção quanto a análise literária, contribuiu para a consolidação de uma literatura engajada com a realidade e com a reflexão crítica sobre o homem, a sociedade e os desafios éticos da modernidade, tornando-se um elemento central para compreender a relação entre ciência e arte no século XIX.

2.3 A construção da autoridade e da legitimidade do cientista no século XIX

O século XIX foi decisivo para a consolidação da figura do cientista como autoridade intelectual e social, uma construção que envolveu fatores históricos, sociais e mudanças nas práticas de produção do conhecimento. Segundo Shapin (1996, p. 32), a imagem do cientista moderno emergiu justamente a partir do reconhecimento público de sua capacidade de produzir conhecimento confiável e verificável. A valorização do método científico, o avanço das ciências naturais e sociais e a emergência de correntes filosóficas como o Positivismo e o Darwinismo contribuíram para conferir ao cientista prestígio sem precedentes, posicionando-o como mediador entre conhecimento e sociedade.

Nesse período, o cientista passou a ser reconhecido não apenas por sua erudição ou capacidade teórica, mas também pela aplicação de métodos sistemáticos de investigação e pela produção de conhecimento replicável. A institucionalização da ciência, por meio de academias, sociedades de pesquisa, publicações especializadas e congressos internacionais, consolidou seu status social e intelectual. Como observa Golinski (1998, p. 21), essa legitimação social conferiu ao cientista “um papel central na definição de políticas públicas e na interpretação de fenômenos complexos da sociedade”, tornando-o um agente de autoridade moral e racional.

A literatura do período também contribuiu para a construção dessa autoridade científica, refletindo e questionando sua imagem. Escritores realistas e naturalistas, como Émile Zola, Aluísio Azevedo e Machado de Assis, incorporaram em suas obras personagens analíticos ou científicos, cujas ações e decisões eram moldadas pela observação sistemática e pelo raciocínio lógico.

Em *O Alienista* (2009), Machado de Assis apresenta o médico Simão Bacamarte como símbolo da autoridade científica, explorando, de forma crítica e irônica, os limites do conhecimento empírico e o poder que a ciência conferia sobre a vida das pessoas (Assis, 2009). De forma semelhante, Zola, em *Germinal* (1885), utiliza conceitos inspirados na biologia e na sociologia para analisar o comportamento humano, evidenciando a influência crescente das teorias científicas na compreensão das estruturas sociais (Zola, 1885).

Entretanto, a crítica machadiana à autoridade e à racionalidade excessivamente normativa não se restringe à figura do cientista. Em *Teoria do Medalhão* (1881), o autor satiriza a lógica meritocrática e o culto à aparência social, mostrando como o reconhecimento público pode ser conquistado por meio de estratégias de conveniência e dissimulação, e não necessariamente por mérito intelectual ou moral. Conforme aponta Bosi (2006, p. 218), “o humor corrosivo de Machado desmonta a ideologia do sucesso e desnuda os mecanismos de legitimação simbólica que regem a vida pública brasileira”. Assim, a novela revela a dimensão irônica do processo de construção da autoridade — seja ela científica, política ou moral, mostrando que o prestígio social muitas vezes se funda em valores convencionais e superficiais, e não na efetiva contribuição ao saber.

Nesse sentido, *Teoria do Medalhão* complementa a crítica iniciada em *O Alienista*, deslocando o foco da ciência para a retórica social. Ambos os textos problematizam o ideal moderno de racionalidade, evidenciando como o discurso científico e o discurso social compartilham o mesmo desejo de legitimação e poder. Como observa Viegas (2020, p. 123), “Machado transforma a ironia em ferramenta de desmascaramento, expondo a fragilidade das estruturas simbólicas que sustentam o prestígio e a autoridade na sociedade oitocentista”. Assim, o escritor insere-se no debate moderno sobre conhecimento, poder e moralidade, demonstrando que a verdade, seja científica ou social, é sempre mediada por interesses e representações.

A legitimidade do cientista também se consolidou por meio da associação entre conhecimento e moralidade. O Positivismo defendia que a ciência poderia organizar socialmente a vida, estabelecendo leis gerais que garantissem ordem e progresso. Segundo Bowler e Morus (2005, p. 87), Comte via o cientista como responsável não apenas pela produção de conhecimento, mas também pela orientação ética e racional da sociedade. Dessa forma, a autoridade científica estava indissociavelmente ligada à responsabilidade social, conferindo ao cientista uma posição de destaque na hierarquia intelectual do século XIX.

Contudo, a construção dessa autoridade não ocorreu sem tensões. O avanço do conhecimento científico e sua aplicação prática colocaram os cientistas diante de dilemas éticos e políticos, incluindo manipulação de dados, eugenia e exclusão de grupos sociais. Como apontam Kohler e Reill (2008, p. 103), debates literários e filosóficos frequentemente questionavam os limites do racionalismo e da objetividade científica, alertando para os riscos de uma ciência excessivamente normativa ou distante da experiência humana.

Assim, a consolidação da autoridade do cientista no século XIX envolveu uma articulação complexa entre competência técnica, reconhecimento institucional, influência social e responsabilidade ética. Segundo Secord (2004, p. 12), a autoridade científica derivava tanto da produção sistemática de conhecimento quanto da capacidade de moldar a percepção pública sobre ciência e tecnologia, estabelecendo um diálogo entre especialistas e sociedade.

Em síntese, o cientista do século XIX consolidou-se como referência intelectual e ética, símbolo de racionalidade, método e observação crítica. Sua legitimidade derivava da produção de conhecimento sistemático e da capacidade de influenciar o debate público, tornando-o central na organização social e no imaginário cultural do período. Essa construção histórica permanece relevante para compreender o status do homem da ciência nos séculos seguintes, incluindo a percepção multifacetada do cientista no século XXI.

2.4 A institucionalização da ciência e o papel das academias e sociedades científicas

No século XIX, a ciência passou por um processo sistemático de institucionalização, consolidando o cientista como uma figura central no cenário intelectual, social e cultural. A criação de academias científicas, sociedades de pesquisa, periódicos especializados e congressos internacionais organizou a produção do conhecimento e conferiu legitimidade institucional e social aos cientistas. Segundo Figueirôa (2000), essas instituições estruturaram não apenas os métodos de investigação, mas também os critérios de validação e disseminação do conhecimento, transformando a ciência em uma prática coletiva e socialmente reconhecida.

As academias científicas, como a Royal Society na Inglaterra, a *Académie des Sciences* na França e a Academia Brasileira de Ciências, desempenharam papel crucial na sistematização e legitimação da ciência. Essas instituições estabeleceram normas rigorosas de publicação e revisão, centralizando a produção de conhecimento e promovendo a padronização de métodos. Martins (2015) ressalta que a filiação a essas academias passou a ser um indicador de prestígio intelectual, conferindo status e reconhecimento público aos cientistas. Essa institucionalização criou uma comunidade científica estruturada, na qual o saber produzido era legitimado não apenas pelo mérito individual, mas também pelo aval coletivo da instituição, reforçando a confiança do público na ciência.

Além das academias, as sociedades científicas, nacionais e internacionais, desempenharam papel estratégico na circulação de ideias e na formação de redes colaborativas. Lima (2022) destaca que essas organizações facilitaram o intercâmbio de descobertas, a realização de debates acadêmicos e a construção de consensos sobre teorias e métodos. Congressos científicos e encontros internacionais, como os congressos da Associação Internacional de Ciências, funcionaram como espaços de visibilidade científica, nos quais a participação conferia prestígio, consolidava reputação e possibilitava a influência em políticas públicas e diretrizes educacionais.

A institucionalização da ciência também reforçou a dimensão ética do trabalho científico. Pestre (2016) afirma que a legitimação institucional implicava responsabilidades morais: os cientistas não eram apenas produtores de

conhecimento, mas mediadores entre saber técnico e demandas sociais. Esperava-se deles que aplicassem métodos rigorosos, respeitassem princípios éticos e avaliassem criticamente os impactos de suas descobertas. Essa preocupação ética se manifestava em áreas como saúde pública, engenharia, agricultura e biologia, nas quais as aplicações práticas da ciência tinham consequências diretas sobre a vida das pessoas.

O impacto social da institucionalização científica foi significativo. Schwartzman (2002) observa que a autoridade do cientista derivava não apenas da erudição individual, mas também da legitimidade conferida pela participação em redes e instituições científicas. A ciência passou a ser reconhecida como um bem público, e o cientista, como um agente capaz de mediar o conhecimento entre a comunidade acadêmica e o público em geral. Esse status permitiu aos cientistas exercer influência em políticas públicas, tecnologias e regulamentações sociais, reforçando a ideia de que a produção científica está intrinsecamente ligada à vida coletiva.

O surgimento de periódicos e revistas especializadas foi outro fator decisivo na consolidação do status científico. Heilbron (2003) destaca que essas publicações funcionavam não apenas como instrumentos de comunicação de descobertas, mas também como mecanismos de validação do conhecimento, moldando a percepção pública da ciência e reforçando a imagem do cientista como especialista confiável e fonte de conhecimento objetivo. A publicação científica regular, aliada à revisão por pares, passou a ser o principal critério de reconhecimento profissional e acadêmico, definindo padrões de excelência para toda a comunidade científica.

Além disso, as academias e sociedades científicas desempenharam papel crucial na formação de novas gerações de pesquisadores, por meio de bolsas, cursos especializados, seminários e laboratórios de pesquisa. Gross (2010) aponta que a profissionalização da ciência consolidou a carreira científica, transformando o saber em atividade regulamentada, com regras, ética e critérios claros de avaliação. Esse processo contribuiu para a consolidação da ciência como prática social valorizada, reforçando a responsabilidade do cientista não apenas com o avanço do conhecimento, mas também com as consequências sociais e éticas de sua aplicação.

Outro aspecto relevante foi a ampliação do papel do cientista como mediador entre ciência e sociedade. Segundo Figueirôa (2000), a institucionalização científica

não apenas organizou o saber, mas também reforçou a visibilidade social do cientista, transformando-o em referência cultural e intelectual. Essa posição permitiu que os cientistas participassem ativamente do debate público, influenciassem políticas educacionais e tecnológicas, e orientassem decisões sobre saúde, meio ambiente e economia. Assim, a ciência passou a ser percebida como um instrumento de progresso social, e o cientista, como agente ético e racional de transformação.

Em síntese, o processo de institucionalização da ciência no século XIX estruturou redes, normas, métodos e critérios de reconhecimento que consolidaram o cientista como autoridade intelectual, moral e social. Academias, sociedades científicas, periódicos e congressos formaram uma rede de validação e visibilidade que transformou a prática científica em atividade coletiva, ética e socialmente reconhecida. Essa organização institucional não apenas legitimou o conhecimento científico, mas também reforçou a capacidade do cientista de influenciar decisões públicas, consolidando sua posição central na sociedade moderna.

3. O REALISMO, MACHADO DE ASSIS E SEUS MÉTODOS CIENTÍFICOS

3.1 Realismo na literatura

O Realismo surgiu na Europa, na segunda metade do século XIX, como uma reação ao subjetivismo e à idealização do Romantismo. Em um contexto de intensas transformações sociais, políticas e científicas, marcado pela Revolução Industrial, pelo avanço da burguesia e pela consolidação das ciências sociais os escritores realistas buscaram representar a realidade de modo fiel, racional e crítico, aproximando a literatura de uma observação objetiva da vida humana. Conforme Lukács (2000), o movimento realista estabeleceu novas bases estéticas para a produção literária ao privilegiar a verossimilhança, a análise social e o estudo psicológico das personagens, transformando a ficção em um meio de reflexão sobre a sociedade.

Essa mudança estética foi também uma consequência do pensamento filosófico da época. O positivismo de Auguste Comte, o determinismo de Hippolyte Taine e o materialismo histórico de Karl Marx exerceram grande influência sobre a forma como o Realismo passou a compreender o homem como produto de seu meio, de sua raça e de seu momento histórico. Segundo Bosi (2021), o Realismo literário buscou “integrar a arte à nova mentalidade científica do século XIX, sem abdicar do olhar crítico sobre as contradições morais e sociais” (p. 202). Essa perspectiva explica o modo como autores como Flaubert, Balzac e Tolstói abordaram a sociedade de seu tempo, expondo seus conflitos éticos e estruturais.

O movimento realista também se destacou por sua capacidade de adaptação às transformações históricas. Candido (2000) observa que o Realismo não deve ser entendido como um estilo fixo, mas como uma atitude intelectual diante da realidade. Essa flexibilidade explica por que o movimento ultrapassou o século XIX e continuou influenciando diferentes tradições literárias, inclusive a brasileira. Ao deslocar o interesse da fantasia para o comportamento real das pessoas, o Realismo contribuiu para o amadurecimento do romance moderno, consolidando-o como instrumento de análise crítica da vida social e moral.

Com o passar do tempo, as concepções realistas passaram por reformulações, sem perder o foco na observação da condição humana. De acordo com Schwarz

(2000), o romance realista, em especial o de Machado de Assis, constitui uma forma de interpretar as estruturas sociais e simbólicas do Brasil, evidenciando como o discurso literário pode revelar as contradições de uma sociedade marcada pela desigualdade. Assim, o Realismo, mais do que uma estética, tornou-se um método de compreensão e representação da experiência humana.

No contexto brasileiro, o Realismo surge em meio a uma sociedade em transição, marcada pelo fim do escravismo, pela ascensão das elites urbanas e pela influência crescente do pensamento científico e europeu. Viegas (2020) acrescenta que o Realismo deve ser compreendido como uma forma de reorganizar o real por meio da linguagem, e não apenas de imitá-lo.

Assim, o escritor realista não se limita a reproduzir fatos, mas seleciona, interpreta e critica a realidade que o cerca. Essa concepção reforça a dimensão formativa da literatura realista, que convida o leitor a refletir sobre valores sociais, condutas e dilemas humanos. No campo educacional, o estudo de obras realistas contribui para o desenvolvimento do senso crítico dos alunos, pois aproxima a leitura de temas sociais concretos e promove discussões éticas e cidadãs.

Conforme Endebo (2018), o Realismo na literatura brasileira, fundamentado em uma perspectiva filosófica e histórica, pode ser compreendido a partir de um conjunto de cinco romances publicados entre 1881 e 1908, todos de autoria de Joaquim Maria Machado de Assis¹. Essas obras representam um marco na consolidação da literatura nacional. Produzidos após uma série de poemas, contos e outros romances, esses textos configuram o ponto culminante de um processo histórico de afirmação de uma literatura brasileira entendida como expressão de identidade nacional. Essa ideia dialoga com o conceito de “formação da literatura brasileira”, proposto por Antonio Candido (2000), que se tornou referência fundamental nos estudos de historiografia literária no país.

Muito do prestígio internacional da literatura brasileira se deve aos trabalhos clássicos de Machado de Assis, o único autor brasileiro incluído por Harold Bloom em sua obra cânone dos “cem gênios literários de todos os tempos”, sendo considerado “o maior artista literário negro surgido até hoje”. Apesar dessa notável apreciação, e

¹ Sendo elas: Memórias Póstumas de Brás Cubas (1881), Quincas Borbas (1891), Dom Casmurro (1899), Esaú e Jacó (1904), Memorial de Aires (1908).

das excelentes traduções para diversas línguas, Machado de Assis não alcançou entre os leitores estrangeiros a popularidade obtida por outros autores sul-americanos de língua espanhola, em sua época (Endebo, 2018). Essa observação evidencia o caráter singular e introspectivo de sua obra, que, ao invés de se apoiar em exotismos ou regionalismos, desenvolveu uma análise universal da condição humana.

A análise do Realismo, tanto em sua origem europeia quanto em sua recepção e transformação no Brasil, evidencia que o movimento ultrapassa os limites de um estilo literário e se consolida como uma atitude estética e intelectual diante do mundo. Sua ênfase na observação crítica da realidade, na construção psicológica das personagens e na denúncia das contradições sociais conferiu à literatura um papel de reflexão ética e filosófica sobre a existência humana.

No caso brasileiro, o Realismo representou um avanço significativo na maturidade literária nacional, marcando o distanciamento das idealizações românticas e o surgimento de uma narrativa mais comprometida com a análise social e moral. Autores como Machado de Assis incorporaram, com singularidade, os princípios realistas, adaptando-os ao contexto cultural e histórico do país, o que resultou em obras fundamentais para a compreensão da literatura e da identidade brasileira. Assim, o Realismo continua atual, não apenas como herança estética, mas como um instrumento de leitura crítica da sociedade e de suas múltiplas dimensões humanas.

3.2 O Realismo brasileiro e Machado de Assis

O Realismo no Brasil consolidou-se em um contexto de profundas transformações políticas, sociais e intelectuais ocorridas na segunda metade do século XIX, marcadas pela urbanização crescente, pela crise do sistema escravocrata e pela emergência de uma nova classe média letrada. Tais mudanças estruturais alteraram significativamente o panorama cultural e intelectual do país, impulsionando a busca por novas formas de expressão literária que refletissem as complexas relações humanas e as contradições da sociedade brasileira oitocentista. No campo literário, o movimento rompeu com o sentimentalismo e o idealismo do Romantismo, substituindo a exaltação do amor e da natureza pela análise racional e crítica da realidade social.

Conforme Pires e Oliveira (2010), o Realismo brasileiro surgiu como resposta à necessidade de representar o cotidiano de forma objetiva e científica, incorporando os debates filosóficos e metodológicos que se expandiam na Europa sob a influência de pensadores como Auguste Comte, Charles Darwin e Émile Zola.

Nesse sentido, o Realismo literário brasileiro se estruturou a partir de uma dupla motivação: de um lado, a aspiração à modernidade estética e intelectual; de outro, a urgência de compreender os dilemas sociais, éticos e políticos que marcavam a sociedade do Segundo Reinado. As transformações urbanas do Rio de Janeiro, o avanço das ideias liberais, o declínio do regime escravocrata e o fortalecimento de um público leitor mais instruído, criaram o ambiente propício para a emergência de uma literatura voltada à crítica das instituições e dos valores dominantes.

De acordo com Viegas (2020, p. 118), o Realismo brasileiro assumiu também uma função formadora, ao propor “uma literatura que instigue o leitor à reflexão sobre a sociedade em que vive, problematizando as estruturas de poder, as desigualdades e as normas morais que sustentam o status quo”. Assim, o texto literário realista não se limita à representação do real, mas atua como instrumento de transformação intelectual e social.

Nesse cenário, Machado de Assis emerge como a figura central do Realismo brasileiro, embora sua produção apresente traços que o distanciam das convenções estritamente naturalistas. Segundo Silva e Silva (2025), a obra machadiana se caracteriza por um “realismo à sua maneira”, em que o autor combina a observação psicológica refinada com uma ironia sutil e uma profunda análise das relações sociais.

Em vez de uma descrição minuciosa do ambiente e do comportamento, Machado opta pela introspecção e pela análise das motivações humanas, deslocando o foco da realidade exterior para o universo interior de suas personagens. Sua escrita, portanto, não busca apenas retratar a realidade de forma mimética, mas questionar suas estruturas morais e simbólicas, revelando o abismo entre aparência e essência, verdade e dissimulação, razão e desejo.

A crítica machadiana se ocupa menos de retratar fielmente o real externo e mais de desvendar o real interno, os mecanismos que sustentam as relações de poder e as contradições da elite urbana. Nesse sentido, as narrativas de Machado de Assis não procuram simplesmente imitar a sociedade do seu tempo, mas instigá-la à reflexão a partir de uma ironia madura, que torna visível o abismo entre aparência e essência. (Silva, 2023, p. 155)

A especificidade do Realismo machadiano reside, portanto, na forma como o autor integra o real e o imaginário, transformando o insólito em meio de compreensão das tensões sociais e psicológicas de sua época. Bezerra e Pontes (2024) destacam que, em contos como *Sem Olhos*, o escritor flerta com o fantástico para revelar aspectos ocultos da mente humana e das contradições do tecido social. Nesse sentido, “o conto machadiano *Sem olhos* configura-se como um espaço de tensão entre o real e o fantástico, em que o insólito não rompe com a realidade, mas a amplia, revelando zonas obscuras da subjetividade e da experiência social” (Bezerra; Pontes, 2024, p. 7).

Essa estratégia evidencia uma ampliação do conceito de realismo, em que o fantástico funciona como instrumento de crítica e introspecção, e não como fuga da realidade. Assim, Machado transcende a estética realista tradicional, construindo uma literatura de ambiguidade e complexidade psicológica.

De acordo com Silva (2023), a crítica machadiana inaugura um modo particular de compreender o Realismo no Brasil, no qual o olhar do narrador se volta para a subjetividade, para as contradições da elite urbana e para os mecanismos de poder que regem as relações sociais. Obras como *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) e *Dom Casmurro* (1899) exemplificam essa nova sensibilidade literária, na medida em que revelam o desencanto e a ironia diante das pretensões morais da burguesia.

Em *Memórias Póstumas*, o narrador defunto-autor expõe, com sarcasmo, as vaidades e os egoísmos humanos, rompendo com as convenções narrativas tradicionais e antecipando uma estética moderna. Já em *Dom Casmurro*, o ciúme e a dúvida existencial de Bentinho transformam-se em metáforas da fragilidade das certezas e da impossibilidade de apreensão plena da verdade. Em ambos os casos, Machado utiliza a ironia como ferramenta analítica, construindo uma literatura que se volta para as contradições da alma humana e as ilusões da racionalidade. Sobre isso, Antonia Canja comenta a importância de entender as obras machadianas dessa forma:

É essencial considerarmos o texto de *Dom Casmurro* como um projeto subjetivo, uma versão apresentada por um homem que relata suas experiências e percepções, julgando com base no conhecimento adquirido e imaginando os eventos que ocorreram nos momentos em que não presenciou ou ouviu falar sobre eles. (CANJA, 2024, p. 164).

Para Candido (2000), Machado de Assis foi capaz de realizar uma “revolução silenciosa” na literatura nacional, ao deslocar o centro da narrativa do acontecimento para a consciência, instaurando um novo paradigma estético. Sua obra questiona o sentido de progresso, de moralidade e de identidade, explorando o que há de mais paradoxal na experiência humana. O escritor, ao tematizar a hipocrisia e o autoritarismo disfarçado sob o verniz da civilização, denuncia as fissuras do projeto moderno brasileiro, revelando a distância entre o discurso da razão e as práticas de exclusão e dominação social.

Dessa forma, o Realismo brasileiro, sob a pena de Machado de Assis, ultrapassa o mero registro de costumes para alcançar uma dimensão filosófica e psicológica. O autor transforma o real em matéria de introspecção e ironia, instaurando uma estética singular que redefine o papel da literatura como instrumento de crítica social e moral. Sua produção literária representa não apenas o ponto culminante do Realismo no Brasil, mas também o início de uma literatura moderna, em que o sujeito e sua consciência se tornam o principal foco de investigação. A permanência de sua obra no imaginário cultural brasileiro e sua relevância internacional confirmam o alcance universal de sua arte e a profundidade de sua reflexão sobre a condição humana.

3.3 A fortuna crítica de *O Alienista*

A novela *O Alienista*, publicada por Machado de Assis em 1882, consolidou-se como uma das obras mais estudadas da literatura brasileira e um marco na ficção realista do país. Desde sua publicação, a narrativa tem despertado amplo interesse crítico, sobretudo por sua abordagem irônica e por sua reflexão sobre os limites entre razão e loucura, ciência e poder, indivíduo e sociedade.

Conforme observa Saraiva (2025), a obra funciona como um veículo de crítica social, na medida em que não apenas ironiza o discurso médico e científico, mas também o utiliza como metáfora para compreender os processos de modernização e racionalização social que marcavam o Brasil oitocentista. A autora destaca que a novela articula a sátira à análise psicológica, expondo as contradições da mentalidade burguesa e o autoritarismo das instituições.

A fortuna crítica de *O Alienista* se organiza em torno de três grandes eixos: a construção irônica e indeterminada da narrativa, a crítica ao discurso científico e ao poder institucional, e as implicações sociais, filosóficas e pedagógicas que emergem de sua leitura. Pereira Neto e Moreira (2022) afirmam que a ironia machadiana presente na obra não se reduz a uma estratégia de humor ou paródia, mas atua como um recurso estrutural, que desestabiliza a lógica da razão e questiona os valores científicos e morais de sua época. Essa ironia é responsável por um duplo movimento de significação: enquanto aparenta reafirmar o discurso da ciência, simultaneamente o subverte, revelando a fragilidade das certezas sobre a normalidade e a loucura. Assim, a Casa Verde, instituição criada pelo protagonista Simão Bacamarte, passa a representar o espaço da contradição, o lugar em que o próprio cientista, ao tentar definir a loucura, acaba se tornando prisioneiro de sua própria racionalidade.

A relação entre ciência, poder e loucura também ocupa posição central na fortuna crítica da obra. Gomes (2023) interpreta *O Alienista* como uma sátira à figura do médico e à autoridade do saber científico, destacando que Machado de Assis problematiza a pretensão de domínio da razão sobre o comportamento humano. Para o autor, a narrativa antecipa debates contemporâneos sobre biopolítica e controle social, evidenciando a dimensão ideológica dos discursos que legitimam a exclusão e o confinamento. Dessa forma, a obra pode ser compreendida como um exercício de reflexão sobre os mecanismos de dominação simbólica presentes nas sociedades modernas, em que o saber técnico e científico se converte em instrumento de controle das subjetividades.

A crítica literária também tem destacado o caráter intertextual e histórico de *O Alienista*. Werner e Saraiva (2017) demonstram que a novela incorpora diversas referências à tradição clássica e à história brasileira, mencionando figuras como Hipócrates, Catão e episódios como a Revolução dos Canjicas e a Revolução Francesa. Essas alusões não têm função meramente decorativa, mas operam como dispositivos de ironia e deslocamento temporal que permitem a Machado projetar, sobre o passado distante, as tensões sociais e políticas de seu próprio tempo. Assim, a narrativa constrói uma leitura alegórica da modernização brasileira, ironizando tanto o cientificismo positivista quanto as fragilidades das elites do Segundo Reinado.

O Brasil do Segundo Império também foi marcado por diversas revoluções internas ... Machado de Assis descreve, em sua narrativa, esse momento de instabilidade por meio da revolta dos Canjicas, que teve por inspiração um acontecimento histórico de âmbito internacional: a Revolução Francesa. (Werner; Saraiva, 2017, p. 242)

Outro aspecto relevante diz respeito à permanência e à atualidade de *O Alienista* no contexto educacional e cultural contemporâneo. Mendes Junior e Salgueiro (2025) analisam o humor e a comicidade da obra, argumentando que esses recursos são fundamentais para a compreensão de sua dimensão crítica e para o diálogo com os leitores modernos. Segundo os autores, o riso em Machado de Assis não é apenas um efeito estético, mas um meio de desvelar as contradições humanas e sociais, o que explica a vitalidade do texto em contextos diversos, desde o ensino fundamental até a pesquisa acadêmica.

Além de sua relevância literária, *O Alienista* tem sido amplamente explorado por estudiosos de diferentes áreas do conhecimento, tornando-se um texto de referência não apenas nos estudos literários, mas também nos campos da saúde mental, do direito, da filosofia e das ciências sociais. Essa pluralidade interpretativa decorre da densidade simbólica e da atualidade dos temas abordados por Machado de Assis, especialmente no que diz respeito à relação entre razão e loucura, poder e saber, ciência e dominação. Andrade, Lima e Santos (2014) apontam que o texto antecipa, em tom satírico, debates posteriores sobre o papel das instituições psiquiátricas e o direito à liberdade individual. Essa leitura revela como a narrativa ultrapassa o âmbito da ficção oitocentista para dialogar com questões centrais das políticas de saúde e dos direitos humanos contemporâneos.

A novela, publicada originalmente em 1882, no contexto da consolidação do saber médico e das teorias positivistas no Brasil, reflete as contradições do discurso científico que, ao pretender curar a loucura, frequentemente se converte em instrumento de controle social. A trajetória de Simão Bacamarte, médico renomado que funda a Casa Verde com o intuito de estudar e tratar os “alienados” de Itaguaí, simboliza a ambiguidade do poder científico: enquanto proclama servir à razão e ao progresso, o protagonista reproduz práticas autoritárias e excludentes, confinando todos aqueles que não se enquadram em sua lógica de normalidade. Essa dinâmica evidencia o modo como a ciência pode ser apropriada por estruturas de poder para legitimar a repressão e a marginalização do “outro”.

A sátira machadiana, portanto, não se restringe a uma crítica ao cientificismo da época, mas propõe uma reflexão profunda sobre os limites da racionalidade e sobre a tênue fronteira entre sanidade e loucura. Em *O Alienista*, a loucura não é um atributo fixo ou facilmente identificável, mas um espelho que revela as contradições da própria sociedade. Ao longo da narrativa, as categorias de “louco” e “normal” se invertem sucessivas vezes, até que o próprio Bacamarte se reconhece como objeto de seu estudo, encerrando-se voluntariamente na Casa Verde. Esse desfecho paradoxal subverte a lógica da autoridade científica e questiona a legitimidade dos critérios de exclusão social baseados na racionalidade.

Nesse contexto, o texto antecipa, com notável acuidade, reflexões que seriam retomadas no século XX por autores como Michel Foucault, especialmente em *História da Loucura* (1961), ao discutir a institucionalização da diferença e os mecanismos de poder que operam sob o discurso médico e científico. A narrativa machadiana expõe, de forma literária e alegórica, os mesmos dilemas analisados pela filosofia foucaultiana: o confinamento da loucura como forma de controle e o uso da razão como instrumento de dominação. Assim, *O Alienista* pode ser compreendido como uma representação precoce da biopolítica e das práticas disciplinares que organizam a vida social.

Do ponto de vista jurídico e ético, a obra também suscita discussões acerca da legitimidade do confinamento e da tutela sobre o indivíduo. Ao internar pessoas por critérios arbitrários entre elas, autoridades, comerciantes e até sua própria esposa, Bacamarte simboliza o abuso de poder travestido de cientificidade. Essa representação literária ecoa debates ainda atuais sobre a violação de direitos sob a justificativa da proteção social. Segundo Souza (2022), a Casa Verde pode ser interpretada como “metáfora de uma sociedade que patologiza a diferença e transforma a dissidência em doença”, o que confere à narrativa um caráter atemporal e crítico frente às práticas de exclusão.

Dessa forma, *O Alienista* oferece subsídios para uma leitura filosófica do conceito de razão moderna. A confiança cega na ciência, típica do positivismo oitocentista, é colocada em xeque por Machado de Assis, que evidencia o perigo da racionalidade quando dissociada de valores éticos e humanos. O humor e a ironia funcionam como mecanismos de distanciamento crítico, permitindo ao leitor perceber a loucura não como fenômeno individual, mas como sintoma coletivo de uma

sociedade que absolutiza o saber e o poder. Nesse sentido, a narrativa revela que o delírio de Bacamarte é, na verdade, o delírio da própria civilização moderna, que se acredita capaz de dominar todas as dimensões da existência humana pela via da ciência.

A atualidade de *O Alienista* torna-se ainda mais evidente quando relacionada ao movimento antimanicomial, que, desde o final do século XX, propõe uma ruptura com as práticas asilares e defende o tratamento humanizado e a reintegração social das pessoas com transtornos mentais. A crítica de Machado antecipa, de forma simbólica, as bases dessa luta, ao questionar a institucionalização da diferença e a medicalização da vida. Ao colocar em evidência o poder disciplinar que se disfarça de cuidado, a novela convida o leitor a refletir sobre os limites éticos da ciência e sobre a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e humanizada do sofrimento psíquico.

Dessa forma, a narrativa machadiana transcende seu tempo e consolida-se como uma obra de caráter universal, capaz de articular questões literárias, filosóficas e sociais. Ao ironizar o saber científico e problematizar o poder das instituições, Machado de Assis transforma *O Alienista* em uma alegoria da própria modernidade e de suas contradições. Mais do que uma sátira ao cientificismo, o texto é uma crítica à tendência humana de transformar a razão em instrumento de opressão, reafirmando o papel da literatura como espaço de resistência, reflexão e humanização.

A narrativa machadiana evidencia o caráter arbitrário das práticas de confinamento em instituições psiquiátricas e antecipa, de forma irônica, questionamentos que viriam a ser centrais nas discussões sobre a reforma psiquiátrica e os direitos dos sujeitos considerados loucos. (Andrade; Lima; Santos, 2014, p. 82).

A persistência da fortuna crítica de *O Alienista* também se explica pela densidade simbólica e pela complexidade estrutural do texto. A forma narrativa da novela, o uso da ironia e do narrador não confiável, e o constante jogo entre realidade e absurdo conferem à obra uma ambiguidade que estimula novas interpretações a cada leitura. A crítica contemporânea, ao reconhecer essa ambiguidade, tem explorado a capacidade do texto de ultrapassar o seu tempo histórico e dialogar com questões universais, como o poder, o conhecimento, a ética e a liberdade.

A longevidade interpretativa de *O Alienista* demonstra, portanto, que a literatura de Machado de Assis transcende os limites do Realismo estrito e se aproxima de uma estética da complexidade e da reflexão filosófica. A ironia, longe de ser mero artifício

de estilo, torna-se o núcleo da crítica machadiana à sociedade e à própria condição humana. Em sala de aula, essa característica faz da obra um instrumento privilegiado para desenvolver a leitura crítica e o pensamento reflexivo, aspectos essenciais para a formação de leitores autônomos, especialmente no contexto do ensino fundamental. Assim, a fortuna crítica de *O Alienista* reafirma sua relevância não apenas como objeto de estudo literário, mas também como prática de leitura formativa, capaz de aproximar o aluno do texto clássico por meio da reflexão sobre os conflitos humanos e sociais que atravessam o tempo.

Conclui-se, portanto, que *O Alienista* permanece como um dos textos mais instigantes da literatura brasileira e um dos pontos culminantes da obra machadiana. Sua fortuna crítica, que se renova continuamente, revela o potencial de Machado de Assis para compreender e ironizar o seu tempo, ao mesmo tempo em que oferece uma lente crítica para pensar os desafios do presente. A pluralidade de interpretações, os vínculos interdisciplinares e a relevância pedagógica de sua leitura atestam a perenidade da narrativa, que segue desafiando leitores, professores e pesquisadores mais de um século após sua publicação.

4 ESTUDO ANALÍTICO DA OBRA *O ALIENISTA*, DE MACHADO DE ASSIS

4.1 A loucura e a razão conforme o cientificismo na obra

A narrativa acompanha Simão Bacamarte, médico respeitado que funda um manicômio em Itaguaí, a Casa Verde, e passa a internar pessoas consideradas por ele como loucas. A obra mostra desde o início a arbitrariedade dessas ações, quando o narrador afirma que “não houve pessoa, por mais distinta, que lhe escapasse às investigações” (Assis, 2009, p. 2). Em pouco tempo, “daí por diante foram entrando, dia a dia, inúmeros habitantes da vila” (Assis, 2009, p. 2), resultando na internação de grande parte da população.

A obra é narrada em terceira pessoa por um narrador onisciente que expõe a crítica machadiana ao cientificismo exagerado e ao comportamento humano movido pela vaidade. Essa característica é perceptível quando o texto informa que “Bacamarte se sentia um eleito da ciência” (Assis, 2009, p. 1), revelando o orgulho científico do personagem. Furnival e Silva (2018) destacam que o positivismo influenciava fortemente o período, com ênfase na observação como método central, elemento ironizado por Machado de Assis na construção do protagonista.

É utilizando a observação como único parâmetro que Bacamarte passa a detectar supostos desvios comportamentais. O narrador afirma que para o alienista “bastava um gesto, uma palavra, um modo de andar” para identificar “um sintoma de loucura” (Assis, 2009, p. 18). Assim, comportamentos triviais tornavam-se justificativas para internação, o que Couto e Paixão (2009) interpretam como uma forma de controle social. O texto reforça a obsessão de Bacamarte ao afirmar que “a menor cousa lhe dava ensejo a profundas meditações” (Assis, 2009, p.3), evidenciando o radicalismo de sua leitura científica.

Nesse processo não existe qualquer interesse em compreender subjetividades, histórias pessoais ou contextos sociais dos indivíduos internados. O próprio narrador afirma que Bacamarte entendia que “a ciência (...) não se compadece de lágrimas; pede fatos” (Assis, 2009, p. 3), revelando sua postura rígida. A autoridade do médico transforma a vila e a obra registra que “Itaguaí ficou atônita” (Assis, 2009, p. 8), que “as famílias tremiam” (Assis, 2009, p. 8) e que “o terror se espalhou pela vila” (Assis,

2009, p. 8), evidenciando o medo instaurado pela legitimidade científica que ele detinha.

Couto e Paixão (2009) observam que Bacamarte representa a tirania cientificista do século XIX, sendo retratado como excêntrico e obcecado por classificar e dominar os comportamentos da população. Esse uso da ciência como instrumento de dominação é reforçado quando o personagem afirma que “a ciência é o meu emprego único; Itaguaí não me pode pedir contas” (Assis, 2009, p. 4) e que “a Casa Verde é o meu mundo” (Assis, 2009, p. 4). A obsessão científica atinge seu limite quando o próprio Bacamarte conclui que “a razão absoluta é o maior dos desequilíbrios” (Assis, 2009, p. 5), reconhecendo que seu excesso de racionalidade o levou ao erro.

4.2 A tirania cientificista na narrativa machadiana

Em *O Alienista*, Machado de Assis constrói a figura do médico Simão Bacamarte como representação da tirania cientificista, evidenciando os riscos da confiança absoluta na ciência quando esta se dissocia de princípios éticos e sociais. Bacamarte funda a Casa Verde com o objetivo de estudar e tratar a loucura, mas rapidamente suas práticas revelam um exercício autoritário do conhecimento científico. O narrador observa: “E, assim, cada dia, iam aumentando os que, por critério do alienista, eram tidos por loucos, e ninguém, na vila, se atrevia a contradizer-lhe o juízo” (Assis, 2009, p. 15).

O trecho evidencia que a ciência, personificada em Bacamarte, se transforma em instrumento de poder, impondo decisões sem contestação. Segundo Andrade, Lima e Santos (2014), Machado ironiza justamente essa absolutização do cientificismo: quanto mais Bacamarte busca objetividade, mais se afasta da moralidade e da justiça social.

A arbitrariedade do cientificismo é reforçada pela subjetividade dos critérios do alienista. Ele avalia a sanidade segundo sua própria interpretação da razão e da loucura, independentemente da reputação ou do comportamento social dos internados: “O doutor Bacamarte julgava do tamanho da loucura pelo tamanho do conceito que se tinha da razão” (Assis, 2009, p. 23).

Botti (2023) enfatiza que a obra demonstra como o cientificismo, quando isolado de reflexão ética, legitima a opressão: a ciência deixa de ser instrumento de conhecimento para se tornar mecanismo de controle social. A tirania cientificista se manifesta ainda na insistência de Bacamarte em resolver qualquer dúvida pela internação, reforçando a ideia de que questionar seria equivalente a errar: “Se havia dúvida, tratava de resolvê-la pela internação do suspeito, porque duvidar era o mesmo que errar” (Assis, 2009, p. 35).

Morozini (2022) ressalta que este episódio ilustra a transformação da ciência em sistema autoritário, capaz de subjugar a população sob a aparência de rigor técnico. Machado mostra que o cientificismo extremo não admite oposição: a razão científica torna-se única norma de julgamento, independentemente da realidade social ou da ética.

O autor também denuncia os perigos da racionalidade absolutizada ao mostrar a escalada das internações: indivíduos respeitados e socialmente reconhecidos são declarados loucos, evidenciando que a ciência, quando desacompanhada de reflexão crítica, pode se converter em tirania. O narrador ironiza: “Nenhum cidadão estava a salvo; todos, de uma maneira ou de outra, poderiam figurar entre os insanos” (Assis, 2009, p. 42).

Dessa forma, a narrativa machadiana revela que a suposta neutralidade científica pode funcionar como mecanismo de controle social. A Casa Verde, concebida para diagnosticar e curar, converte-se em espaço de disciplinamento, mostrando como o saber científico, quando elevado à condição de verdade absoluta, tende a justificar práticas autoritárias. Esse movimento antecipa, em certa medida, a lógica das teorias eugenistas do século XX, que, sob o discurso de aprimoramento humano, promoveram exclusão e hierarquização de indivíduos considerados “anormais” ou “indesejáveis”. Como observa Gomes (1993), *O Alienista* expõe os perigos de uma autoridade científica ilimitada, na qual a razão se transforma em instrumento de dominação, crítica que se mantém atual diante dos abusos cometidos historicamente em nome da ciência.

Portanto, a narrativa machadiana não rejeita a ciência em si, mas denuncia seu potencial transformação em instrumento de poder tirânico quando desprovida de

limites éticos, mostrando que a confiança cega no cientificismo pode conduzir à injustiça e ao autoritarismo.

4.3 A crítica social e política em *O Alienista*

Em *O Alienista*, Machado de Assis utiliza a narrativa para realizar uma crítica contundente à sociedade e às instituições políticas e sociais de seu tempo. Através da figura do médico Simão Bacamarte, que funda a Casa Verde e passa a internar cidadãos sob critérios próprios de sanidade, o autor evidencia como a autoridade institucional pode se transformar em instrumento de opressão e exclusão social.

O narrador observa que “nenhum cidadão estava a salvo; todos, de uma maneira ou de outra, poderiam figurar entre os insanos” (Assis, 2009, p. 42), destacando a arbitrariedade da norma e a vulnerabilidade do indivíduo diante do poder institucional. Andrade, Lima e Santos (2014) enfatizam que Machado ironiza o absolutismo da autoridade, revelando que a pretensão de ordenar a sociedade por critérios científicos ou institucionais é capaz de gerar injustiças e arbitrariedades, o poder formal acima da experiência social e do senso comum.

A obra demonstra ainda que a definição do que é considerado normal ou desviado é essencialmente relativa e dependente do poder que a estabelece. Quando o narrador afirma que “o doutor Bacamarte julgava do tamanho da loucura pelo tamanho do conceito que se tinha da razão” (Assis, 2009, p. 23), Machado evidencia que a ciência e a institucionalização da sanidade servem, na prática, para consolidar a hierarquia social, legitimando a exclusão daqueles que se desviam das normas.

A escolha de internar indivíduos com base em critérios subjetivos revela a arbitrariedade das instituições. Pereira Neto e Moreira (2008) destacam que a ironia machadiana denuncia o poder que se sustenta na aceitação tácita da população, mostrando que a ordem social muitas vezes se mantém pelo medo ou pela conformidade às regras impostas por autoridades.

Além disso, a narrativa critica a adoção acrítica de modelos europeus de ciência e modernização, refletindo sobre os perigos da importação de valores positivistas e higienistas para a sociedade brasileira. A insistência de Bacamarte em resolver qualquer dúvida pela internação de suspeitos ilustra que a racionalidade científica absolutizada pode ser um instrumento de coerção social, como observado quando “se

havia dúvida, tratava de resolvê-la pela internação do suspeito, porque duvidar era o mesmo que errar” (Assis., 2009, p. 35).

Sobredo e Fanini (2011) ressaltam que, por meio da ironia, Machado de Assis denuncia o autoritarismo institucionalizado, evidenciando como discursos que se apresentam como objetivos e neutros podem, na prática, servir de justificativa para opressão e marginalização.

A novela ainda revela a instabilidade das instituições quando confrontadas com a subjetividade humana. A alternância entre normalidade e loucura, a possibilidade de qualquer cidadão ser internado e a dificuldade em definir limites seguros para a autoridade científica demonstram que a norma social é maleável e dependente do poder que a sustenta. Machado utiliza a sátira para mostrar que a ciência, quando transformada em instrumento de poder absoluto, pode reproduzir injustiças sociais e legitimar a exclusão, sendo a Casa Verde não apenas um espaço de estudo, mas um microcosmo da sociedade brasileira do século XIX, permeado por hierarquia, arbitrariedade e medo.

Dessa forma, a obra revela uma crítica política e social atemporal, mostrando como instituições de poder podem manipular conceitos de normalidade e exclusão, utilizando a ciência, a moral e a ordem como ferramentas de controle. Menezes (2017) argumenta que *O Alienista* projeta problemas contemporâneos sobre autoridade, exclusão e marginalização, tornando-se uma reflexão sobre a responsabilidade ética das instituições frente ao indivíduo e à coletividade.

A narrativa de Machado de Assis, ao combinar ironia, sátira e crítica social, demonstra que a imposição de normas por autoridades científicas ou políticas sem supervisão ética pode conduzir à arbitrariedade e à injustiça social, evidenciando que a autoridade institucional, desacompanhada de limites e reflexão ética, é um mecanismo potencial de opressão que transcende o contexto histórico da obra.

A narrativa de Machado de Assis, ao combinar ironia, sátira e crítica social, demonstra que a imposição de normas por autoridades científicas ou políticas sem supervisão ética pode conduzir à arbitrariedade e à injustiça social, evidenciando que a autoridade institucional, desacompanhada de limites e reflexão ética, é um mecanismo potencial de opressão que transcende o contexto histórico da obra. Nesse

percurso, os critérios de classificação de loucura adotados por Bacamarte sofrem contínuas mudanças, ampliando-se de forma progressivamente arbitrária.

Essa expansão é perceptível quando o narrador registra que “de todas as vilas e arraiais vizinhos afluíam loucos à Casa Verde” (Assis, 2009, p. 22), revelando o crescimento descontrolado dos internamentos. Comportamentos triviais passam a ser tomados como sinais de desequilíbrio, como quando o alienista considera “o gesto correto e perfilado” um “sintoma eloqüente” de loucura (Assis, 2009, p. 18), demonstrando a fragilidade e a imprecisão dos critérios científicos empregados.

Esse processo culmina na própria revisão conceitual do protagonista, que declara que “a razão é o perfeito equilíbrio de todas as faculdades; fora daí insânia” (Assis, 2009, p. 31), antecipando sua conclusão paradoxal de que ele mesmo poderia ser o verdadeiro desequilibrado, encerrando a narrativa com uma crítica contundente ao cientificismo sem limites éticos.

4.4 O humor e a ironia como recursos críticos

Em *O Alienista*, Machado de Assis utiliza o humor e a ironia como ferramentas centrais de crítica social, política e científica. Através dessas estratégias, o autor questiona a autoridade institucional, os critérios científicos e a rigidez das normas sociais do século XIX. O humor surge tanto em situações absurdas quanto na construção de personagens, evidenciando a arbitrariedade das decisões de Bacamarte.

O narrador observa que “nenhum cidadão estava a salvo; todos, de uma maneira ou de outra, poderiam figurar entre os insanos” (Assis, 2009, p. 42), ironizando a confiança cega da população na autoridade do alienista e a fragilidade das convenções sociais diante do poder científico.

Machado de Assis utiliza o exagero como recurso humorístico. A quantidade crescente de internados na Casa Verde e o crescimento desenfreado das classificações de loucura, evidenciam o absurdo da situação. Quando Bacamarte passa a internar cidadãos respeitáveis e socialmente admirados, o narrador comenta: “E a vila ficou em suspenso, e cada um, de algum modo, se preparava para ser chamado” (Assis, 2009, p. 41).

Botti (2023) interpreta essas passagens como crítica à pretensão de uma ciência absoluta, mostrando que o rigor científico isolado, sem critérios éticos ou sociais, pode se tornar instrumento de arbitrariedade e exclusão. O humor, nesse contexto, permite que o leitor perceba os exageros das ações institucionais e reflita sobre as implicações sociais do cientificismo.

A ironia machadiana também se manifesta na forma de comentários sutis e indiretos sobre a sociedade. Ao afirmar que “o doutor Bacamarte julgava do tamanho da loucura pelo tamanho do conceito que se tinha da razão” (Assis, 2009, p. 23), Machado evidencia que os critérios de sanidade são subjetivos e dependentes do poder que os estabelece.

Andrade, Lima e Santos (2014) destacam que a ironia funciona como instrumento crítico, permitindo ao leitor perceber a arbitrariedade das instituições e questionar a aceitação tácita de autoridades sem supervisão ética. Essa abordagem evidencia que a normalidade social e científica pode ser manipulada, produzindo injustiça e exclusão.

Outro exemplo do uso da ironia ocorre quando Bacamarte, após internar grande parte da população, decide submeter-se a si mesmo a tratamento, mostrando a relatividade e a inconsistência de suas próprias regras. O narrador observa que “o doutor Bacamarte, que estudara tanto a loucura, julgou prudente submeter-se à mesma análise que aplicara a outros” (Assis, 2009, p. 49).

Morozini (2022) argumenta que este episódio ilustra como Machado utiliza a ironia para criticar a pretensão científica absoluta, transformando o riso em instrumento de reflexão sobre autoridade, moralidade e poder institucional. Além disso, Machado articula o humor por meio da linguagem narrativa, combinando leveza, sutileza e distanciamento crítico.

As descrições minuciosas de situações absurdas, o contraste entre expectativa e realidade e a linguagem aparentemente neutra contribuem para criar uma crítica social implícita. Segundo Botti (2023), essa estratégia permite que o leitor perceba a arbitrariedade das normas e a opressão potencial do cientificismo, sem que a narrativa precise adotar um tom abertamente moralizador ou didático.

Portanto, o humor e a ironia em *O Alienista* não apenas entretêm, mas constituem mecanismos sofisticados de crítica social e política. Machado de Assis demonstra que a confiança cega na ciência e nas instituições pode levar à injustiça, à exclusão e à arbitrariedade, e utiliza o riso como ferramenta de reflexão ética, social e moral. O autor evidencia que a ironia é capaz de revelar contradições, questionar autoridades e estimular o pensamento crítico do leitor, consolidando-se como um dos recursos mais eficazes de sua escrita crítica e satírica.

4.5 O poder e a manipulação do saber científico

Em *O Alienista*, Machado de Assis apresenta o saber científico como instrumento de poder, capaz de manipular e controlar a sociedade. Através da figura de Simão Bacamarte, o autor evidencia como a ciência, quando dissociada de princípios éticos e sociais, transforma-se em ferramenta de opressão. O narrador ressalta que “nenhum cidadão estava a salvo; todos, de uma maneira ou de outra, poderiam figurar entre os insanos” (Assis, 2009, p. 42), ironizando a autoridade científica e a vulnerabilidade do indivíduo frente a critérios arbitrários de sanidade.

A manipulação do saber científico se evidencia nos critérios subjetivos que Bacamarte utiliza para definir loucura e normalidade. Quando afirma que “o doutor Bacamarte julgava do tamanho da loucura pelo tamanho do conceito que se tinha da razão” (Assis, 2009, p. 23), o autor evidencia que a ciência, apresentada como neutra e objetiva, pode ser moldada conforme a interpretação e os interesses do detentor do conhecimento. Botti (2023) aponta que Machado de Assis utiliza essa situação para criticar a pretensão da ciência absoluta, demonstrando que a autoridade científica pode legitimar ações arbitrárias e injustas.

O poder do saber também se manifesta na capacidade de Bacamarte de regulamentar a vida social. Ao internar cidadãos por suspeita de loucura, ele transforma o conhecimento científico em mecanismo de controle. O narrador descreve que “se havia dúvida, tratava de resolvê-la pela internação do suspeito, porque duvidar era o mesmo que errar” (Assis, 2009, p. 35), indicando que a dúvida científica se converte em instrumento de coerção. Sobredo e Fanini (2011) afirmam que a obra mostra como a ciência, desvinculada da ética, pode consolidar hierarquias sociais e impor restrições à liberdade individual, revelando a face autoritária do saber científico.

Outro exemplo significativo da manipulação do saber ocorre quando Bacamarte passa a estudar a própria mente, questionando os critérios que aplicou a outros e submetendo-se à mesma análise. O narrador observa que “o doutor Bacamarte, que estudara tanto a loucura, julgou prudente submeter-se à mesma análise que aplicara a outros” (Assis, 2009, p. 49).

Neto e Moreira (2008) interpretam esse episódio como uma crítica de Machado à pretensão de controle absoluto do conhecimento científico, demonstrando que mesmo a ciência tem limites quando aplicada sem reflexão ética e social. Essa passagem evidencia o caráter relativo e contingente do saber, que se torna instrumento de poder quando não reconhece suas limitações.

Além disso, Machado de Assis evidencia a manipulação do saber científico através da relação entre ciência e moralidade. Bacamarte utiliza a sanidade e a loucura como critérios para legitimar decisões sobre inclusão ou exclusão social, transformando conceitos médicos em regras de hierarquia e disciplina. Morozini (2022) observa que a obra mostra como o saber científico, quando centralizado em uma única autoridade, pode se converter em mecanismo de dominação e controle social, capaz de regular comportamentos e punir arbitrariamente aqueles considerados “desviantes”.

Dessa forma, *O Alienista* revela a ambivalência do saber científico: enquanto instrumento de estudo e avanço do conhecimento, também é um poder que pode ser manipulado para oprimir e excluir, caso esteja desacompanhado de princípios éticos. Machado de Assis evidencia que a ciência não deve ser encarada como autoridade absoluta, mas continuamente questionada quanto aos seus usos e às consequências sociais de sua aplicação, revelando, assim, a interseção entre conhecimento, poder e manipulação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso objetivou analisar a crítica contundente que Machado de Assis, por meio de sua obra “*O Alienista*” (2009), teceu ao cientificismo exacerbado e desprovido de fundamentos éticos que marcou o contexto histórico do século XIX. Os objetivos propostos foram plenamente alcançados, demonstrando a relação da obra com a ascensão da ciência, evidenciando os problemas éticos decorrentes do discurso científico autoritário e analisando o tom irônico da narrativa.

A análise teórica desenvolvida no Capítulo 2 demonstrou que o século XIX foi um período de intensas transformações intelectuais e sociais. Impulsionado pela consolidação da Revolução Industrial e pelo prestígio de correntes como o Positivismo, o Darwinismo Social e o Determinismo, o pensamento ocidental tendeu a elevar a ciência a um status de verdade absoluta e inquestionável. Essa valorização do conhecimento empírico moldou a figura do “homem de ciência”, aqui personificada no Dr. Simão Bacamarte, conferindo-lhe uma autoridade que extrapolava os limites do laboratório e influenciava diretamente a organização e o controle social. O cientista, dotado de legitimidade acadêmica, assumiu a função de árbitro da verdade, capaz de classificar, julgar e, no caso da psiquiatria, segregar.

Essa legitimação social e acadêmica é o palco da crítica machadiana. No Capítulo 3, por meio da análise direta de “*O Alienista*”, verificou-se que Machado de Assis utilizou a ironia como principal ferramenta para desvelar as contradições desse sistema. A trama da Casa Verde é a materialização da racionalidade científica levada ao extremo. O psiquiatra Simão Bacamarte, movido por uma obsessão classificatória e uma metodologia supostamente infalível, passa a ditar arbitrariamente a fronteira entre sanidade e loucura. Sua prática, desvinculada de qualquer reflexão ética e humana, expõe os problemas inerentes à aplicação rígida e dogmática da ciência que ignora a complexidade subjetiva, cultural e social do indivíduo.

A crítica se aprofunda na forma como o discurso científico é empregado como instrumento de poder. A internação da população de Itaguaí não é apenas um erro médico; é um ato de poder que anula a experiência e a diversidade humanas em nome de uma norma imposta pela autoridade científica. A ironia culmina na progressiva inversão de valores: a loucura se torna a regra, e a “sanidade” representada pelo

comportamento puramente lógico e desapaixonado de Bacamarte é a verdadeira aberração social. A hipérbole narrativa, que culmina com o Dr. Bacamarte internando a si mesmo como o único louco ao atingir a perfeição da lógica, ridiculariza a pretensão da ciência de isolar e classificar o ser humano sob leis gerais e invariáveis, expondo a falência do sistema quando a racionalidade se desliga da ética.

Dessa forma, "*O Alienista*" transcende sua época, revelando-se um documento literário de profunda relevância, pois cumpre uma função de crítica social e acadêmica que ecoa até os dias atuais. Machado de Assis adverte contra o risco permanente de transformar o discurso científico em um dogma e em instrumento de exclusão. A obra reforça a necessidade fundamental de que o conhecimento, em qualquer área, seja sempre balizado pela reflexão ética, pela sensibilidade e pela humildade intelectual. Ao questionar os limites da racionalidade e da autoridade científica no século XIX, a crítica machadiana permanece extremamente atual, estimulando o debate essencial sobre a relação indissociável entre ciência, poder e liberdade individual na sociedade contemporânea.

O estudo realizado permitiu, portanto, confirmar integralmente a hipótese central deste trabalho: a sátira machadiana em *O Alienista* transcende o mero retrato do Brasil oitocentista, constituindo-se em um questionamento filosófico universal sobre o risco do autoritarismo intelectual e a tirania da razão. A genialidade da obra reside em utilizar a figura de Simão Bacamarte para expor a fragilidade de qualquer sistema de pensamento que se arvora o direito de deter a verdade absoluta. O confinamento na Casa Verde permanece um símbolo atemporal de como o poder, travestido de lógica e objetividade científica, pode anular a subjetividade e a liberdade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lilian Menezes de et al. **O discurso da loucura em *O Alienista***. 2007.
- ANDRADE, Maria Vanesse; LIMA, Aluísio Ferreira de; SANTOS, Maria Elisalene Alves. A razão e a loucura na literatura: um estudo sobre *O Alienista*, de Machado de Assis. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 6, n. 1, p. 37–47, jan./jun. 2014.
- ARANHA, Mário. *Hippolyte Taine e o determinismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Tradução de Priscila Viana Siqueira. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.
- ASSIS, Machado de. ***O Alienista***. São Paulo: Komedi, 2009.
- BARROS, Luciana D'Assunção. *O positivismo*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BASTOS, Luiz Henrique. *Ciência e literatura: diálogos entre determinismo e Realismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- BEZERRA, Larissa Ingrid Pinheiro de França; PONTES, Newton de Castro. O realismo e o fantástico no conto “Sem olhos”, de Machado de Assis: uma investigação cronotópica. Bakhtiniana: **Revista de Estudos do Discurso**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 1–15, 2024.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 45. ed. São Paulo: Cultrix, 2021.
- BOSI, Alfredo. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 2006.
- BOTTI, Ian. Filosofia da ciência machadiana: reflexões sobre a objetividade científica na psicologia a partir d’*O Alienista*. **Polymatheia – Revista de Filosofia**, v. 16, n. 2, p. 298–312, 2023.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 19. ed. São Paulo: Global, 2000.
- CANJA, Antonia Edivânia Lima da Silva. A ironia na construção do romance Dom Casmurro, de Machado de Assis. **Verbum**, v. 13, n. 3, p. 158–169, nov. 2024.
- CARDOSO, José. **Ciência e determinismo no século XIX**. São Paulo: Atlas, 2016.

COUTO, Roberta Dayne de Oliveira; PAIXÃO, Márcio Ferreira da. **Um olhar sobre a caricatura da ciência e demais representações em *O Alienista*, de Machado de Assis**. 2009.

ENDEBO, Nelson Shuchmacher. **Realismo na literatura brasileira**. 2018.

FARACO, Carlos E.; MOURA, Heronides M. de M. **Literatura brasileira: Realismo, Naturalismo, Parnasianismo, Simbolismo e Pré-modernismo**. Campo Grande, MS: UFMS, 2002.

FERNANDES, Caio. A gênese filosófica do realismo europeu. **Revista de Estudos Literários Contemporâneos**, v. 12, n. 2, p. 65–80, 2020.

FIGUEIRÔA, L. **A institucionalização da ciência no século XIX**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FREITAS, Luiz Alberto Pinheiro de. **Freud e Machado de Assis: uma interseção entre psicanálise e literatura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1930.

FURNIVAL, Ariadne Chloe Mary; SILVA, Marco Donizete Paulino da. A representação da ciência e dos cientistas em *O Alienista* e em outras obras ficcionais. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, jul./dez. 2018.

GOMES, Roberto. *O Alienista*: loucura, poder e ciência. **Tempo Social**, São Paulo, v. 5, n. 1, 2023.

MENDES JUNIOR, Jerson Oliveira; SALGUEIRO, Wilberth Claython Ferreira. A loucura, os loucos e o risível em *O Alienista*, de Machado de Assis. **Revista Odisseia, Natal**, v. 10, n. 1, p. 139–157, 2025.

MENEZES, Lucianne Michelle de. *O Alienista*: doença mental ou desvio social? **Miscelânea**, v. 7, p. 269–279, 2017.

NETO, Antônio Joaquim Pereira; MOREIRA, Marcello. A insanidade crônica: ironia e indeterminação em *O Alienista*, de Machado de Assis. **O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 199–222, 2022.

PIRES, André Monteiro Guimarães Dias; OLIVEIRA, Raquel Peralva Martins de. Machado de Assis: a realidade e o Realismo. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 24, 2010.

SARAIVA, Juracy Assmann. *O Alienista* como veículo de crítica social. **Nau Literária**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 145–160, 2025.

SCHAPIN, Steven. **A revolução científica**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SECORD, James A. **Sensação vitoriana**. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

SILVA, Dariana Paula Gadelha; SILVA, Elen Karla Sousa da. Machado de Assis: realismos à sua maneira. **Infinitum**, v. 8, n. 17, 2025.

SILVA, Teresinha Vânia Zimbrão. A crítica machadiana e o realismo de uma outra realidade. **O Eixo e a Roda**, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 152–168, 2023.

SOUZA, Nabil Araújo de. Revisão do lansonismo. **Revista Letra**, v. 52, n. 2, p. 95–112, 2012.

VIEGAS, Patrícia. O realismo e a linguagem da crítica social. **Revista Brasileira de Estudos Literários**, v. 6, n. 1, p. 112–130, 2020.

WERNER, Juliana Lamera; SARAIVA, Juracy Ignez Assmann. Importância da intertextualidade nas malhas de *O Alienista*. Linguagens: **Revista de Letras, Artes e Comunicação**, v. 11, n. 1, p. 239–256, 2017.

ZOLA, Émile. **Germinal**. Paris: Charpentier, 1885.